

PLATAFORMA DOS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS PARA GANHAR AS ELEIÇÕES E GOVERNAR O PAÍS

Somos a agricultura familiar, composta por uma ampla diversidade de sujeitos - mulheres, jovens, LGBTIA+, negros e negras, pescadores e pescadoras, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, assalariados e assalariadas rurais, camponesas e camponeses; atingidos por barragens e pela mineração, que exercem papel fundamental na produção de alimentos e na preservação da natureza.

Para enfrentar a fome no nosso país e o agravamento da crise social, precisamos retomar uma ampla política de geração de empregos, um programa de políticas públicas sociais e uma política efetiva de produção de alimentos. Nessa perspectiva, o governo Lula precisará subordinar a expansão da agricultura produtivista à garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, à democratização da terra, à proteção dos territórios e à preservação ambiental para construir a soberania e segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Ações estruturantes

- 1. Garantia do direito à terra e territórios** - com a retomada das ações de reforma agrária, demarcação de terras indígenas, quilombolas, pesqueiras e demais povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, é necessário enfrentar a violência dos conflitos agrários e socioambientais que tem aumentado desde o golpe de 2016.
- 2. Fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar para a soberania e segurança alimentar** – A produção de alimentos saudáveis com respeito às matrizes culturais, passam necessariamente pelo fortalecimento da agroecologia e produção orgânica, pelo fomento e crédito adequado à realidade camponesa, juntamente com políticas de abastecimento e distribuição de alimentos. Essas políticas carecem de ações específicas para mulheres, juventude e povos e comunidades tradicionais, como também de um desenvolvimento científico e tecnológico que vise resolver os gargalos dessa produção, com atuação da EMBRAPA e das Universidades e Institutos Federais em diálogo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), para uma ATER pública.
- 3. Políticas estruturantes de infraestrutura e qualidade de vida para os povos do campo, da floresta e das águas** - para melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras é necessário políticas de educação, saúde, previdência e assistência social, habitação, energia, estradas, inclusão digital, captação e abastecimento de água, saneamento básico, cultura, esporte e lazer adequadas a nossa realidade.
- 4. Assalariados e Assalariadas Rurais** - é preciso reconhecer a importância dos milhões de assalariados e assalariadas rurais que exercem papel fundamental na produção de alimentos e são submetidos às condições precárias de trabalho, em muitos casos marcadas pela informalidade e terceirização fraudulenta dos contratos. Portanto é necessário rever a Reforma Trabalhista, resgatando direitos e corrigindo falhas que tem estimulado a precarização das condições de trabalho no campo.

5. **Estrutura de Estado para promover e implementar as políticas públicas destinadas aos povos do campo, da floresta e das águas** - é necessário um Ministério com força política e orçamento adequado que integre de forma estratégica as políticas de desenvolvimento e fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar com a política nacional de abastecimento e formação de estoques reguladores de alimentos e a política de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para tanto a estrutura institucional deste Ministério deve integrar as ações do Incra, Anater, Conab e Embrapa, com as estruturas de gestão da política de segurança alimentar e nutricional (em especial relacionadas ao PAA e à produção de alimentos), além das políticas para Mulheres Rurais, pesca artesanal e extrativistas costeiros e a política de acesso à água (programa de cisternas), garantindo participação popular e controle social.

PROPOSTAS EMERGENCIAIS PARA OS PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

1. **ACABAR COM A FOME!** Apresentar um *Plano Emergencial de Abastecimento, Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional* para controle da inflação, regulação de preços, e garantia de comida para o povo, incluindo a implementação da Lei Assis Carvalho II (Lei 14.275/2021).
2. **REVOGAÇÃO JÁ!** Rever Decretos, Portarias e Instruções Normativas que impedem o acesso à terra, aos territórios e aos demais direitos dos povos, e liberam venenos, invasões em territórios, violência e destruição ambiental. Rever o recadastramento do Registro Geral de Atividade Pesqueira dos Pescadores e Pescadoras Artesanais com a participação dos sujeitos.
3. **RETOMAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.** Fortalecer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).
4. **GARANTIR SUBSÍDIO NAS TARIFAS DE ENERGIA** para os mais pobres.

A PLATAFORMA DOS POVOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS QUER ENFRENTAR O DESAFIO DE ALIMENTAR O POVO E BARRAR A CRISE AMBIENTAL.

PARA ISSO PRECISAMOS GANHAR AS ELEIÇÕES E GOVERNAR O PAÍS, COM PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Leia a plataforma na íntegra - coloca um QR CODE